

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos nove dias de setembro de dois mil e quatorze, na Sala Um da Casa da Educação Visconde de Mauá foi iniciada a reunião ordinária do mês pelo vice-presidente, Ms. Professor Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, que cumprimentou a todos e dando abertura ao protocolo da Reunião, leu o item **1** do **Expediente**, alínea **a. Chamada dos presentes e verificação do quórum**, onde foi verificado que estavam presentes na abertura da Sessão, às 15h13min, os conselheiros, Renato Freixela de Oliveira, Cláudio José Gomide, Mônica Vieira Freitas, Rosilene Ribeiro, Márcia Cristina Lopes, Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto, Márcia Rodrigues Ferreira Alves, Francisco Afonso Eccard, Ricardo B. P. Tâmmela, Naara P. da S. Castro, Wesley Furtado Diniz, Glauciane Helene Botelho, Angela Maria A. de Alcântara, Thiago G. Damaceno, Gilda Beatriz e Noelma S. da Costa.

Os conselheiros Claudia Carneiro Farias, André Luiz Borges Pombo, Renata Martins Varricchio e Leonardo Paiva Campos justificaram suas ausências.

Durante o percurso da reunião foram chegando os conselheiros Jorgina de Souza Francisco, Maria de Fátima de Castro, Rosimar Silveira Pinto, Regina Coeli Pinheiro Máximo de Souza e Gelza dos Santos Gatera.

Apresentaram-se também as cidadãs Teresa Freitas e Elizabete A. B. Reuther; entre outros cidadãos que não assinaram o livro de presenças.

Quanto ao item **b. Aprovação das atas da reunião ordinária e extraordinária do mês de agosto e ata da reunião para suprimento da vacância dos pais/responsáveis**, Jelcy perguntou se haveria algum adendo.

Assim, a conselheira Angela lembrou que houve a inclusão da manifestação da conselheira Regina Máximo na Ata da reunião extraordinária e não havendo expressa manifestação em contrário, foram todas aprovadas por unanimidade.

Em relação à alínea **c. Comunicados**, o Vice-Presidente deu as boas vindas aos novos conselheiros, àqueles eleitos no processo eleitoral para suprimento das vacâncias da representação de pais/responsáveis, e os apresentou ao pleno (os que estavam presentes), esclareceu ainda que o CMDCA também já teria renovado a indicação de seus representantes e pediu que a conselheira Márcia Alves esclarecesse a questão da necessidade de correção da eventual falha no processo de autorização de funcionamento do Colégio Chapeuzinho Vermelho.

Márcia Alves fez um breve relato da situação e informou que todo o procedimento de autorização de funcionamento havia sido concluído, porém não houve a publicação em Diário Oficial da referida



Resolução. Explicou ainda que o estabelecimento já tinha autorização de funcionamento para outra etapa e que, como seria anterior à edição da Deliberação nº 001/12, todo o processo da autorização referente à Educação Infantil foi devidamente baseado na Resolução nº 003/00, estando até assinado pela então Secretária de Educação, professora Cláudia Quintanilha.

A conselheira propôs que a Câmara de Educação Básica se reunisse para endossar o procedimento já realizado anteriormente e preparar o parecer com a data atual, sinalizando como referência à data de sua verdadeira finalização (data do parecer conclusivo da Inspeção Escolar) de forma a não prejudicar a instituição (garantindo a autorização retroativa a novembro de 2012), devido a uma falha material do processo, mesmo porque agora a Secretaria de Educação tem outra Secretária.

2

Jelcy completou que se não estivesse enganado, a Deliberação garantiria que decorridos cento e oitenta dias (180), a inércia da Secretaria ampararia legalmente a instituição a funcionar, assim, a recomendação seria um novo parecer validando o primeiro.

O conselheiro Ricardo perguntou se não houve prejuízo ao Colégio, e como foi descoberto o erro da Secretaria.

As conselheiras Rosimar e Gelza chegaram.

Márcia Alves respondeu que todo o procedimento foi realizado a contento, porém não saberia explicar por que não foi publicado em tempo hábil, mas imagina que uma vez publicada a Resolução – Ato Autorizativo, o problema estaria sanado porque seria retroativo, não necessitando a instituição ter novo parecer, novo processo.

Ricardo reforçou o questionamento quanto ao efetivo ônus gerado ao ente privado.

Márcia Alves elucidou que poderia gerar algum problema na validação da documentação dos alunos, o que seria ultrapassado na medida em que a Resolução informasse retroativamente o início da autorização de funcionamento.

A conselheira Naara então perguntou se seria feita nova visita para adaptar os quesitos de antes com os que agora vigoram na Deliberação.

Márcia explanou que a validade da autorização de funcionamento é indeterminada, porém se houver indícios ou comprovação de que o estabelecimento não funciona adequadamente respeitando aos preceitos elaborados pelo COMED e pela Secretaria de Educação, a qualquer momento, esta pode ser suspensa ou revogada. Entendeu desnecessária nova visita porque transcorrido o tempo, a Inspeção Escolar do município seria capaz, através das constantes visitas, identificar os desvios e trabalhar para sua superação.

O vice-presidente perguntou ao Pleno se então estaria referendado o posicionamento de alguns membros da CEB/COMED, restando integral o aceite.



Assim, em continuidade aos assuntos, Jelcy leu o item **2. Ordem do dia: a) Breve relato sobre a substituição dos representantes dos pais/responsáveis na composição do Conselho;** e pediu que o conselheiro Wesley explicasse aos presentes como se deu o procedimento e o resultado.

Wesley esclareceu que após a divulgação junto às escolas municipais, elaborada pela conselheira Maria de Fátima Castro com o relato escrito realizado pela secretária Débora, através de e-mail e a publicação em Diário Oficial, compareceram à UCP, trinta e um (31) pais, dos quais, dez (10) se candidataram a conselheiro. Primeiramente houve até empate entre os candidatos.

Considerou que foi um momento muito bacana, pois antes da eleição, o vice-presidente explicou aos interessados como era a dinâmica de trabalho do Conselho, suas atribuições, etc.

A conselheira Rosimar acreditou que foi muito significativo porque não só os pais compareceram, como estavam muito interessados, fazendo questionamentos e relatando os motivos de seu interesse.

Passando à alínea **b) Apresentação da coordenadora da Câmara de Políticas Sociais ligadas à Educação, sobre as propostas de discussão e trabalho realizado pela Câmara durante o ano;** a conselheira Angela disse que todos os conselheiros que compõem a Câmara faltaram, então ela teria se reunido com o vice-presidente em uma pequena reunião, onde também Wesley estava presente, e conversaram sobre a recente divulgação do resultado do IDEB em todo o Brasil e afirmou estar chocada com o resultado de Petrópolis, que caiu muito. Assim, teria algumas dúvidas a tirar com os representantes da Secretaria de Educação.

Um de seus questionamentos se referiu ao fato de algumas escolas não participarem e Escolas de 8º e 9º ano estarem sem metas a superar.

O conselheiro Francisco pediu licença e se ausentou.

Angela continuou e declarou que não entendeu por que entre as Escolas de Petrópolis, trinta e oito (38) atingiram, trinta e uma (31) não atingiram e trinta e duas (32) sequer participaram.

A conselheira Maria de Fátima de Castro, Subsecretária do Ensino Fundamental, se comprometeu a apresentar na próxima reunião uma resposta mais formal, já que o resultado oficial somente saiu na 6ª feira e não houve tempo suficiente para que analisasse os dados para apresentar, até porque não estava na pauta desta reunião.

Continuando, comentou que o processo do IDEB se daria por amostragem e que nem todas as escolas fazem a Prova Brasil, mesmo porque se toma como base escolas com mais de duzentos (200) alunos e algumas vezes, determinadas escolas não estão compreendidas por esta amostragem. Não viu com tanta preocupação o resultado porque a cidade subiu dois pontos percentuais nos Anos Iniciais. Os alunos que fizeram provas no 5º ano são o produto, dos anos 2009, que os conselheiros mais antigos do COMED sabem muito bem como foram esses anos para a Educação pública municipal de Petrópolis.

A situação encontrada pelo atual governo na Educação Municipal foi extremamente grave com junção de turmas, carência de professores e funcionários, descontinuidade de metas com a designação de cinco Secretários de Educação em quatro anos e avaliou que com certeza, todas estas circunstâncias afetaram o resultado, que poderia ter sido muito pior.

A conselheira Rosilene categorizou que os investimentos na Educação de Petrópolis pelo prefeito Rubens Bomtempo serão obtidos daqui a alguns anos; seguramente de 2015 em diante. Desde a primeira gestão do prefeito Rubens Bomtempo em 2003 e nos oito anos seguintes, houve crescentes conquistas na esfera das políticas públicas de Educação, mas infelizmente foram arruinadas no último governo, nesses quatro anos.

4

Porém, agora estão retomando os eixos de infraestrutura da Educação com a reformulação de currículos, profissionais, propostas.

Angela afirmou que o vice-presidente Jelcy a ajudou muito porque a esclareceu antes da reunião ordinária, sobre as outras questões que também afetam o IDEB, como a distorção idade/ano de escolaridade, o que ela como não é profissional da Educação, não sabia.

Rosilene complementou que o resultado do IDEB não seria somente nota em provas, e que o IDEB não se prestaria ao **ranqueamento** entre as escolas, sobretudo, se constituiria de um conjunto de instrumentos para qualificar a adoção de políticas públicas de enfrentamento da reprovação, evasão escolar e outras dificuldades que circundam o universo escolar.

Desde o 1º ano, especialmente no tocante ao Ciclo de Alfabetização, o sucesso da vida escolar futura do aluno pode ser determinado, pois se investindo no município dos educadores com informações, propiciando novas condutas e práticas pedagógicas, ficariam garantidos os direitos de aprendizagem, as expectativas das crianças e das famílias quanto ao seu sucesso e o transcorrer regular do seu desenvolvimento/aprendizagem.

A conselheira Mônica frisou que a cada novo Secretário de Educação que era designado, as políticas públicas voltadas para a Educação, também mudavam.

Rosilene frisou que a falta excessiva de profissionais com a junção de turmas também impactaram negativamente o processo educacional dos alunos e diante do quadro observado e vivenciado, ainda avaliou que os alunos petropolitanos se saíram relativamente bem. Anunciou que de 2013 para cá, a proposta curricular vem sendo reformulada, especialmente no Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º ano), o Regimento Escolar foi modificado para garantir que as práticas em geral sejam modificadas, assim como as avaliações, o investimento na formação de leitores, etc. Considerou que não serão ações isoladas que garantirão o sucesso dos alunos e da rede, mas a retomada do fio condutor de avanços e planejamento na Educação.



Mônica expressou que ante a problemática dos últimos quatro anos, o IDEB nos Anos Iniciais subiu, com uma pequena queda nos Anos Finais, retrato que poderia ser mais negativo.

A conselheira Rosimar discorreu que não interessa à sua pessoa, aos sindicalizados e demais pessoas, a nota atingida pela Escola A ou a Escola B, pois não se acredita no valor das avaliações externas, portanto a régua que mede um município, não pode medir o outro; o *Acre, não é Petrópolis!* A meta do índice é medíocre, ridícula e não reflete a realidade, mesmo porque a utilização de provas seria aleatória. Propôs que o Conselho pense em metas e objetivos especialmente criados para a realidade da cidade e pelo padrão do próprio município.

5

O conselheiro Ricardo entendeu que o importante nesta questão é verificar e observar o processo de avaliação, e utilizá-lo como estratégia de planejamento. O olhar deve estar direcionado para o próprio município, com as devidas críticas, e entender as falhas do processo. A avaliação é mesmo processo, que suscita o resgate de dados históricos apresentados pela própria Secretaria de Educação.

A conselheira Regina Máximo chegou.

Ricardo solicitou formalmente que a Secretaria de Educação preparasse um estudo sobre a avaliação da e na rede durante os últimos dez anos, decompondo os referenciais de forma mais abrangente. Indicou que esta poderia ser uma abordagem que promoveria o entendimento dos processos de construção, de planejamento e correção envolvidos na Educação. De tal modo, não para dois anos, mas dez anos à frente haveria a possibilidade de, com índices apropriados e verdadeiros, e não resultados “secos”, que nada querem dizer e que não servem para nada, contemporaneizar as ações educativas.

Jelcy propôs que na próxima reunião ordinária seja apresentada pela CPP, a qual ele mesmo também se responsabilizará, o estudo da composição do IDEB, referenciando o que corresponde à gestão e o que é desempenho – conhecimento dos alunos; e os documentos norteadores das competências e habilidades utilizadas (Jacques Delors) em alusão às novas exigências de desempenho com os índices de fluxo (que é o que mais afeta o resultado).

Petrópolis ocupando o vigésimo sexto (26º) lugar no Brasil é erroneamente e indevidamente divulgado pela imprensa, e atinge à população em geral sem esclarecer como é composto e qual a sua utilidade. Frisou que a avaliação é uma oportunidade de atribuir sentido ao planejamento, e que não existe convergência quanto à produtividade das avaliações externas, as quais considerou individualmente bastante positivas no desenvolvimento de habilidades e competências.

O vice-presidente condensou os anseios do pleno, solicitando que a Secretaria de Educação produza um sistema de avaliação próprio do município, com o estabelecimento de indicadores também próprios, calcados no diagnóstico de suas metas e dificuldades, em busca de uma vertente da inserção mais efetiva das políticas públicas.



Jelcy ainda debateu que dissimuladamente era pretendido pelo meio político que os resultados do IDEB não fossem divulgados antes das eleições. Não concordou com o posicionamento do SEPE, porque a decomposição dos números traduz que a avaliação pode não ser boa, ou a melhor no momento, mas o Sistema melhorou. O ID não foi tão ruim, porém o IF seria absurdo. Entendeu que o instrumento é incontestavelmente diagnóstico, com a possibilidade de fantásticas modificações. No Rio de Janeiro o primeiro lugar obteve nota 3,8, o segundo lugar, obteve 3,7 e o terceiro lugar, 3,63. Então, em relação ao ID, o nosso Estado ficou muito a frente. Se for reduzida a aplicabilidade e a possibilidade de interferência, realmente o IDEB se circunscreveria apenas num processo realmente classificatório sem qualquer finalidade.

A conselheira Angela afirmou que tudo é disputa e que apesar da escola de sua filha, Escola São Judas Tadeu, ter caído no IDEB, acredita que ainda assim a escola seja excelente e buscou sensibilizar os demais conselheiros a romperem com a ideia de nivelar as escolas e divulgar que o Conselho e os encontros das Câmaras são ótimas oportunidades daqueles que não são professores, poderem aprender, porém pediu que os conselheiros da Câmara não faltassem nos próximos encontros.

O vice-presidente assegurou que na próxima reunião estaria inscrita a demonstração da composição do IDEB, onde a avaliação externa é obrigatória e aplicada no Rio de Janeiro há muito tempo porque se positiva na prestação de contas do dinheiro público e de todos os recursos aplicados à melhoria da qualidade da Educação.

As conselheiras Rosimar e Gelza se ausentaram.

Levantando que a questão do IDEB precisa ser melhor discutida porque seria um indicador que muitas vezes, as escolas se recusam a considerar, por não acreditarem nos efeitos que produzem, principalmente no tocante à escrita, a conselheira Naara ainda motivou seus argumentos também em torno do fato que, no censo comum, em princípio, o IDEB refletiria sim o **rankeamento**, desconsiderando que há particularidades não alcançadas pelo índice. Ilustrou que sua escola só atende até o 5º ano e, portanto, o trabalho perderia a continuidade quando o aluno é transferido para outra unidade escolar, principalmente porque a rede municipal ainda carece de forte identidade partilhada em suas unidades.

As conselheiras Gilda e Angela saíram.

Jelcy lembrou que a visão do município privilegia avaliações externas, e que é fato a adesão de Petrópolis ao SAERJ, SAERJINHO.

O conselheiro Thiago se ausentou.

O conselheiro Ricardo então reforçou os pedidos relativos ao assunto IDEB, com a apresentação dos informes históricos dos resultados obtidos no IDEB em Petrópolis pela Secretaria de Educação e pediu, devido às inúmeras retiradas dos conselheiros, nova chamada de quórum.

Embora contabilizadas seis saídas antes do término do horário regulamentar da reunião, excluídas as ausências justificadas e os propriamente ausentes, havia ainda quórum, porém, os presentes optaram por não darem continuidade ao item **c) Discussão sobre a próxima Conferência Municipal de Educação com estabelecimento da data de realização e constituição de Comissão para sua elaboração**; passando-o para a pauta da reunião de outubro.

A conselheira Jorgina chegou.

7

Prosseguindo com o item **d) Apresentação de considerações sobre o Plano Nacional de Educação pela conselheira Maria de Fátima de Castro**; a qual instantaneamente utilizou o *Power Point* para facilitar o acompanhamento visual, declarando que o Plano precisava estar em vigência desde 2011 e somente agora em 2014, os objetivos teriam sido atingidos. Considerou o Artigo 8º como um dos mais importantes porque deflagraria o Papel do Município e do Conselho, sendo o pontapé inicial para a discussão e a organização de construção coletiva com as adequações necessárias para o engajamento neste novo decênio.

Explicou que o termo “taxa líquida de matrícula” seria o percentual entre as matrículas efetivas em determinado segmento, seria o verdadeiro percentual, baseado no total de alunos matriculados, dividido pelo total de pessoas na faixa etária, multiplicado por cem, que tem como referência a população escolar e justifica políticas compensatórias como o EJA, o ANA (e a proficiência adequada em leitura), em função do problema de fluxo que desemboca no IF do IDEB.

Considerou que o Programa Mais Educação hoje tem 65% de suas atividades voltadas para as práticas esportivas, demonstrando a carência das escolas neste setor.

Lembrou que outro ponto a atacar, seria a erradicação do analfabetismo funcional.

As conselheiras Mônica e Deise pediram licença e se ausentaram.

Márcia Alves divulgou que em 2015 o CEFET passará a oferecer o Ensino Médio Técnico e logo estará aberto o processo seletivo para alunos e enviará ao e-mail do Conselho melhores informações.

Jelcy retomou a discussão em torno das metas do novo Plano Nacional de Educação, especialmente da meta quinze, a qual entendeu estar excluída da LDBEN e por isso, corrigida pelo Plano. Avaliou que a gestão democrática deve ser cada vez mais perseguida pelos municípios, pois os critérios de mérito, desempenho e consulta pública devem ser a realidade observada nas redes públicas, principalmente porque se traduzem na qualidade esperada pela população.

Assim, o vice-presidente lançou ao pleno o desafio de se organizar para elaborar a revisão do Plano Municipal de Petrópolis.

A cidadã Teresa perguntou à conselheira Maria de Fátima de Castro se poderia informar a fonte dos dados que pesquisou.



Maria de Fátima de Castro explicou que a secretária enviará por e-mail as informações.

Jelcy participou que a partir de 2015 entrará muito dinheiro para a Educação em todos os níveis: municipal, estadual e federal e que assim, conseqüentemente, não poderá haver desperdício de recursos, que demandarão em prestações de contas cada vez mais rigorosas e responsáveis, sujeitas a controles externos mais frequentes e baseados em sistemas e processos de avaliação externos.

O conselheiro Ricardo lembrou que teríamos até a Conferência, o trabalho de revisar o PME para que pudesse ser enviado à Câmara de Vereadores e transformado em Lei em tempo hábil.

A conselheira Regina perguntou se o município, isto é, a Secretaria de Educação, já teria um diagnóstico fundamentado nas metas que deseja atingir, para reformular o PME, uma vez que os microdados já estariam disponíveis desde o CENSO/2012.

As conselheiras Rosilene e Maria de Fátima de Castro, Subsecretárias, informaram que a Secretaria tem sim estudos sobre o assunto, porém não condensados formalmente.

Para ser exequível, todo plano deveria estar baseado em observações, estudos e dados concretos, assim, Jelcy em nome de todo o Conselho, solicitou que a Secretaria de Educação apresentasse urgentemente os dados estudados que abonarão as iniciativas do Conselho perante a reformulação do Plano Municipal de Educação.

Regina apoiou que o Conselho tenha à sua disposição as informações, já que estrategicamente é muito importante a tabulação e o monitoramento de dados quando se trata de município, de uma extensa rede.

Ricardo incluiu à observação da conselheira Regina, os dados referentes tanto ao setor público municipal, quanto os dados relativos à rede privada, porque ambos compõem as ações do PME.

Concordando com os conselheiros, Jelcy colocou que há grande migração de alunos entre as esferas públicas e privada e entre a pública municipal e estadual e ilustrou com a ideia de Suassuna que “o privado para se sustentar, deverá ser muito diferenciado”.

Márcia Alves lembrou que desde o PME anterior, o Conselho já havia sugerido à Secretaria de Educação que tivesse sempre à disposição os dados de gerenciamento, um CENSO; ideia que pode ser confirmada por quem participou daquele momento, e que embora fosse trabalhoso reunir todos os dados necessários em um período tão curto de tempo, seria uma excelente ferramenta para o trabalho da própria Secretaria de Educação.

Jelcy corroborou com a discussão e as propostas, sugerindo ainda o estudo atualizado das informações devido às transformações ocorridas nos últimos tempos em relação inclusive à Educação Infantil e ao **boom** demográfico.

Assim, Ricardo concluiu que o item c) **Discussão sobre a próxima Conferência Municipal de Educação com estabelecimento da data de realização e constituição de Comissão para sua elaboração**, mesmo prejudicado pela falta de quórum, já estaria com a data estabelecida, devido à necessidade de cumprir os prazos do PME, sendo admitida para final de abril de 2015, o que foi plenamente aceito pelos presentes e corroborado pela conselheira Regina.

Desta forma, às 17h02min foi encerrada a presente reunião, que foi lavrada por mim e devidamente datada e assinada.

9

Petrópolis, 09 de setembro de 2014.

Secretária Executiva do COMED

Deise de Cássia S. de A. Pinto
Secretária Geral

Jelcy Rodrigues C. Júnior
Vice-Presidente

Maria Celi C. Vasconcelos
Presidente

